



XX
ENCONTRO DE
PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA

DIAS 19 A 23 DE OUTUBRO DE 2020,
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR

ISSN 1808-8457

SOFRIMENTO MENTAL NA POPULAÇÃO RURAL: UMA REALIDADE INVISÍVEL.

Luis Lopes Sombra Neto¹ (PG)
Vanira Matos Pessoa² (Dra)

1. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)- Mestrando Profissional em Saúde da Família.
2. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)- Doutora em Saúde Coletiva.

Resumo

Muitos indicadores de saúde configuram-se piores nos territórios rurais comparando aos das áreas urbanas, entre estes destacam-se os relacionados à saúde mental. Apesar da relevância comprovada, ainda se encontram poucos estudos realizados nessa temática. O presente estudo representa parte da revisão de literatura do projeto de mestrado “Saúde Mental na população rural: avaliação dos cuidados biopsicossociais” vinculado à Fundação Oswaldo Cruz. A revisão de literatura narrativa foi realizada nas principais plataformas de buscas virtuais, assim como em documentos oficiais publicados pelo Ministério da Saúde e IBGE. A porcentagem de pessoas que vivem em territórios rurais, maiores de 18 anos, que referem diagnóstico de depressão é de 5,6%, sendo mais prevalente em mulheres. Destes 49,3% referem uso de medicamentos para tratamento da depressão e 10,5% descrevem grau intenso ou muito intenso de limitações nas atividades habituais devido à doença. Além disso, 22,5% de indivíduos que alegaram sua percepção de qualidade de vida global como muito ruim e 26,3% demonstraram insatisfação com sua saúde. Apesar dessa realidade preocupante, ela ainda é negligenciada pelos profissionais de saúde, como é demonstrado em pesquisa com médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais que relataram não terem base teórica específica para atendimento de pessoas com transtornos mentais. Todos esses dados demonstram a importância do estudo da saúde mental especificamente nos territórios rurais, pois apesar da sua prevalência preocupante e as consequências graves associadas, ainda se apresenta invisível na ótica das políticas de saúde, da capacitação profissional e da sensibilização da sociedade em geral.

Palavras-chave: População Rural. Saúde da População Rural. Serviços de Saúde Rural. Atenção Primária à Saúde; Saúde Mental

Introdução

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde, estimou que 7,6% de brasileiros com mais de 18 anos tiveram diagnóstico de depressão por profissional de saúde mental, representando 11,2 milhões de indivíduos. O gênero de maior porcentagem foi o feminino com 10,9%, enquanto o masculino teve 3,9%. A faixa etária que teve maior predominância de casos foi entre 60 a 64 anos de idade (11,1%) e a com menor foi entre 18 a 29 anos (3,9%). Em relação ao nível de instrução, maiores prevalências ocorreram em níveis extremos: superior completo (8,7%) e fundamental incompleto (8,6%). Apenas 46,4% destes indivíduos receberam assistência médica para depressão nos últimos 12 meses. Ao serem interrogados sobre os motivos para não ir ao médico apesar do diagnóstico de depressão, 73,4% dos indivíduos referiram não estar mais “deprimido”, demonstrando a procura meramente assistencialista-curativa. Outros motivos relatados: não tinham ânimo (6,6%), tempo de espera em serviço muito grande (4,6%) e dificuldades financeiras (2,4%) (IBGE, 2013).

Diante desses dados alarmantes, a saúde mental tem na atenção primária à saúde (APS) sua base estruturante, apresentando-se como um processo progressivo e singular que deve considerar as especificidades de cada indivíduo e do território em que ele está inserido, analisando todo seu contexto biopsicossocial para a elaboração de ações voltadas para promoção, prevenção, tratamento e realibilitação desses indivíduos em sofrimento mental (BRASIL, 2017).

Nesse contexto é necessário que seja analisado muitos indicadores de saúde que se apresentam piores na população rural comparada à urbana. Um exemplo é a comparação do acompanhamento de pacientes com diagnóstico de depressão nos territórios rurais e urbanos, pois nos rurais, 44,2% de pessoas com diagnóstico de depressão receberam assistência médica para a doença nos últimos 12 meses, enquanto nos territórios urbanos encontrou-se o percentual de 46,7%. Dados ainda mais divergentes são encontrados na análise de pacientes com depressão que fazem acompanhamento em psicoterapia, em que se observou percentual de 10,1% em territórios rurais e 17,2% nos urbanos (IBGE, 2013).

Apesar de sua relevância, encontra-se uma tímida literatura publicada sobre o tema da saúde mental no ambiente rural. Em busca na plataforma de dados Lilacs, realizada no ano de 2020, utilizando os descritores “população rural”, “saúde” e “Brasil”, encontrou-se 2.571 publicações. Ao especificar a busca, substituindo o descritor “saúde” por “saúde mental”, os resultados mostram apenas 220 documentos. Utilizando os mesmos termos em inglês na base Medline foram encontrados, respectivamente, 1.414 e 41 trabalhos. Dados semelhantes foram encontrados por Junqueira et al. (2018), utilizando o banco de dados Scielo, identificou 444 trabalhos efetivos sobre a saúde da população rural ou políticas de saúde. Dentre estes estudos encontrados, 87% abrangiam apenas 13 grandes áreas do conhecimento, entretanto, entre estas áreas não está citada a saúde mental, comprovando a escassez de estudos com essa abordagem.

Diante do exposto, comprova-se a necessidade prioritária da discussão voltada para o sofrimento mental em população vulneráveis, como nos indivíduos que moram nos territórios rurais, no intuito de melhorar os cuidados biopsicossociais dessa população e aprimorar as políticas de saúde voltadas para esse grupo.

Metodologia

O presente estudo representa parte da revisão de literatura do projeto de mestrado “Saúde Mental na população rural: avaliação dos cuidados biopsicossociais”, qualificado em março/2020, como requisito obrigatório para o Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAÚDE), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Este estudo compõe parte do eixo quantitativo da pesquisa: “Produção de indicadores para a avaliação das condições de vida das famílias e acesso aos serviços de atenção primária em territórios do litoral e do sertão do Ceará e do Rio Grande do Norte”, financiada pelo Programa INOVA FIOCRUZ, aprovada pelo CEP com número parecer 3.372.478, a qual se constitui de uma pesquisa mista que utilizará a combinação de diferentes técnicas de coleta de dados, organização, processamento e análise do material com o intuito de fomentar a abordagem das populações sertanejas e das águas pelas políticas públicas de saúde.

A revisão de literatura narrativa foi realizada por meio de pesquisa nas principais plataformas de busca virtuais: Scielo, Lilacs, Medline e Google Acadêmico, assim como em documentos oficiais publicados pelo Ministério da Saúde e IBGE. As pesquisas foram selecionadas por critério de conveniência de acordo com a relevância para a temática proposta para o estudo, utilizando-se como critério de inclusão terem sido publicados nos últimos 5 anos. Foram excluídas as pesquisas que não relacionados com seres humanos, ambientes não inseridos no rural, dados não relacionados à saúde ou fora do contexto da saúde mental.

Resultados e Discussão

Segundo IBGE (2013), a porcentagem de pessoas que vivem em territórios rurais, maiores de 18 anos, que referem diagnóstico de depressão por profissional de saúde mental é de 5,6%, sendo mais prevalente em mulheres. Destes 49,3% referem uso de medicamentos para tratamento da depressão e 10,5% descrevem grau intenso ou muito intenso de limitações nas atividades habituais devido à doença.

Além disso, os problemas em saúde mental estão diretamente relacionados à qualidade de vida das pessoas. Essa avaliação realizada em populações que vivem em territórios rurais, apesar de ainda haver uma tímida publicação, demonstram dados preocupantes com 22,5% de indivíduos que alegaram sua percepção de qualidade de vida global como muito ruim e 26,3% demonstraram insatisfação com sua saúde, inclusive foi encontrada relação estatisticamente significativa entre maior percentual de tempo residido na zona rural e a menor chance de relatarem melhor qualidade de vida (BORTOLOTTI; LORET; TOYO-RODRIGUES, 2018).

Segundo Parreira (2016), em estudo realizado com 280 mulheres de 15 a 49 anos residentes na zona rural do município de Uberaba-MG, descreveu a prevalência de transtorno mental comum em 35,7% das mulheres e relação estatisticamente significativa entre sintomas de ansiedade e depressão com convivência ruim com companheiro e maior número de filhos.

Dados semelhantes foram encontrados em moradores da zona rural no município de Pelotas- RS, encontrando-se um rastreio para transtorno depressivo de 35,4%, destacando-se uma maior prevalência em pessoas com doenças crônicas. Nesse estudo houve uma relação de quanto maior o número de doenças crônicas, maior a prevalência de sintomatologia depressiva. Além disso, as pessoas com hipertensão, diabetes mellitus e doença cardíaca apresentaram uma prevalência quase duas vezes maior que aqueles que não relataram nenhuma dessas doenças (HIRSCHMANNI; GOMES; GONÇALVES, 2018).

Em estudo realizado com mulheres na faixa etária entre 20 a 59 anos de áreas cobertas pela Estratégia de Saúde da Família na Zona da Mata Mineira, revelou uma prevalência de 19,7% de depressão, estando estatisticamente associados fatores, como possuir baixa escolaridade, ter baixa renda, usar medicamento para dormir, ser tabagista, ter procurado atendimento na UAPS no último ano e ter doença mental prévia, enquanto foram observados fatores de proteção como ser casada ou viver com companheiro, ter apoio social de parente e realizar atividades físicas regularmente (GONÇALVES et al., 2018).

No contexto da saúde mental, outro transtorno que apresenta números expressivos é o transtorno relacionado ao uso de álcool. Apesar dessa importância, ainda existe uma evidente falta de dados sobre consumo de álcool em populações rurais do Brasil. Amostra com mais de 1500 indivíduos que vivem em território rural encontrou, semelhante a dados encontrados em outros estudos brasileiros, uma prevalência de 8,4% de pessoas com transtornos relacionados ao uso de álcool, sendo observado maiores números nos grupo de homens, menor escolaridade e tabagistas (JAEGER; MOLA; SILVEIRA, 2018).

Outro fato que merece destaque é sobre a preparação profissional para o atendimento de pacientes com transtornos mentais. Em estudo realizado por Rotoli et al. (2019) com médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, os resultados apontaram que muitos profissionais alegaram não terem base teórica específica para o atendimento de pessoas com transtornos mentais na APS, considerando o encaminhamento para especialistas ou hospitais como a conduta a ser realizada. Isso demonstra a urgência em realizar uma qualificação profissional para a abordagem aos pacientes com transtornos mentais junto às equipes de saúde da família.

Apesar dessa realidade preocupante, a associação de adoecimento mental com as áreas rurais que habitam grande parte da população brasileira ainda é, muitas vezes, negligenciado pelos profissionais de saúde, os quais não são especificamente capacitados para trabalhar nessas regiões. Essa realidade demonstra que as entidades educacionais necessitam preparar teoricamente e inserir seus alunos desde o início dos cursos nos atendimentos voltados para a população rural. E os profissionais que atuam nessas áreas necessitam de uma educação

permanente para desenvolver habilidades e competências diante das particularidades desses pacientes (ALMEIDA et al., 2018).

O processo de saúde-doença-cuidado mental é complexo e multidimensional. O próprio estigma e marginalização em que historicamente encontra-se a população rural é um dos contribuintes associados a esses indicadores preocupantes. Fatores como isolamento ambiental e social; exposição cotidiana à violência; violação de direitos civis, culturais, políticos e sociais; exclusão de oportunidades de educação e renda podem manifestar-se por meio de sintomas psicossomáticos, uso de substâncias lícitas e ilícitas ou até transtornos mentais. Infelizmente, como agravante para essas situações de vulnerabilidade, os problemas relacionados à saúde mental não conseguem ser abordados ou solucionados pelos sistemas nacionais de saúde vigentes (COSTA NETO; DIMENSTEIN, 2017).

Conclusão

Todos esses dados demonstram a importância do estudo da saúde mental especificamente nos territórios rurais, pois apesar da sua prevalência preocupante e as consequências graves relacionadas à prevenção, promoção, tratamento ou reabilitação inadequados, ainda se apresenta invisível na ótica das políticas de saúde, da capacitação profissional e da sensibilização da sociedade em geral. Uma das principais estratégias para sua abordagem adequada é sua plena inserção no Sistema Único de Saúde (SUS) em todos seus níveis de atenção, principalmente na APS.

Apesar da importância comprovada da APS para o acompanhamento dos indivíduos que estão com sofrimento mental nos territórios rurais, muitas limitações ainda precisam ser superadas para sua efetividade, como treinamento dos profissionais que atuam nessas localidades; investimento em pesquisas voltadas para essa temática; consolidação de estratégias para o fortalecimento da atenção integral desses pacientes e seus familiares; configuração da assistência em saúde voltada para o indivíduo, sua família e o contexto biopsicossocial associado ao seu adoecimento mental.

Referências

ALMEIDA, M. M. et al. A formação em saúde em contextos rurais. In: SAVASSI, L.C.M. et al. **Saúde no caminho da roça**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018a, p. 67-95.

BORTOLOTTO C. C.; LORET C. M.; TOVO-RODRIGUES L. **Qualidade de vida em adultos de zona rural no Sul do Brasil: estudo de base populacional**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 52, supl., p. 1-4s, jan./jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Política Nacional de Atenção Básica 2017**. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

COSTA NETO, M. C.; DIMENSTEIN M. Cuidado Psicossocial em Saúde Mental em Contextos Rurais. **Temas em Psicologia**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 1053-1064, dez. 2017.

GONÇALVES, A. M. C. Prevalência de depressão e fatores associados em mulheres atendidas pela Estratégia de Saúde da Família. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 67, n.2, p. 101-9, jan./jun., 2018.

HIRSCHMANN, R.; GOMES, A. P.; GONCALVES, H. Sintomatologia depressiva entre moradores da zona rural de uma cidade no Sul do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 52, supl. 1, p. 1-11s, jan./jun. 2018.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, 261p. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 1 jun. 2019.

JAEGER, G. P.; MOLA, C. L.; SILVEIRA, M. F. Transtornos relacionados ao uso de álcool e fatores associados em zona rural do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 52, supl. 1, p. 1-8s, jan./jun. 2018.

JUNQUEIRA, F. M. et al. A pesquisa brasileira em contextos rurais: instrumento de justiça social. In: SAVASSI, L. C. et al. **Saúde no caminho da roça**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018, p. 97-110.

PARREIRA, B. D. M. **Saúde Mental e reprodutiva de mulheres em área rural de Uberaba - Minas Gerais**. 2016. 156 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ROTOLI, A. et al. Saúde mental na atenção primária: desafios para a resolutividade das ações. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, mar. 2019.

Agradecimentos

À Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) por proporcionar aos seus discentes a oportunidade de vivenciar a prática da pesquisa e da docência por meio dos programas de Mestrado e ao Programa INOVA FIOCRUZ pelo financiamento da pesquisa matriz do presente estudo. Ao grupo de pesquisa, vinculado ao CNPq, “Saúde do Campo, da Floresta e das Águas no contexto da Ecologia de Saberes” pela troca de experiências na luta pelos direitos das populações dos territórios rurais. E à professora, orientadora da pesquisa, Vanira Matos Pessoa pelos ensinamentos e colaborações.